

ORA newsletter

Nº 50 – MARÇO/2011
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Fevereiro de 2011	1
Arbitragem Tributária	2
Preços de Transferência em Altura de Crise	4
Revisores e Auditores	6

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – FEVEREIRO DE 2011

Assembleia da República - Resolução da Assembleia da República n.º 11/2011, de 2 de Fevereiro - Define condições de transparência para a actuação pública na gestão do BPN e para a decisão sobre o seu futuro.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 64-A/2011, de 3 de Fevereiro - Aprova os novos modelos de impressos relativos a anexos que fazem parte integrante do modelo da informação empresarial simplificada (IES). Em face das alterações introduzidas no sistema contabilístico e na legislação fiscal mostrou-se necessário proceder à actualização de alguns modelos de impressos que fazem parte integrante da IES.

Ministério das Finanças e da Administração Pública – Despacho n.º 2517-A/2011, de 3 de Fevereiro - Aprova as tabelas de retenção na fonte, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).

Assembleia da República - Lei n.º 3/2011, de 15 de Fevereiro - Proíbe qualquer discriminação no acesso e no exercício do trabalho independente e transpõe a Directiva n.º 2000/43/CE, do Conselho, de 29 de Junho, a Directiva n.º 2000/78/CE, do Conselho, de 27 de Novembro, e a Directiva n.º 2006/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Portaria n.º 92/2011 de 28 de Fevereiro - Regula o Programa de Estágios Profissionais.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 92-A/2011 de 28 de Fevereiro - Define os elementos que integram o dossier fiscal, aprova novos mapas de modelo oficial e revoga a Portaria n.º 359/2000, de 20 de Junho.

ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA

Introdução

Foi recentemente introduzida no ordenamento jurídico português a arbitragem tributária como forma alternativa de resolução jurisdicional de conflitos no domínio fiscal, dando uso à autorização legislativa que tinha sido concedida ao Governo pelo Orçamento do Estado para 2010.

Assim, o Decreto-Lei nº 10/2011, de 20 de Janeiro, veio disciplinar esta forma de arbitragem visando três objectivos principais: i) reforçar a tutela eficaz dos direitos e interesses legalmente protegidos dos sujeitos passivos; ii) imprimir uma maior celeridade na resolução de litígios que opõem a administração tributária ao sujeito passivo; e iii) reduzir a pendência de processos nos tribunais administrativos e fiscais.

Efectivamente, este regime deverá permitir que o contribuinte obtenha uma decisão num espaço de tempo mais breve, em relação a determinado litígio tributário, num processo em que as formalidades são reduzidas e em que prevalece o princípio da autonomia dos árbitros como elementos neutros e imparciais.

Bases de Funcionamento da Arbitragem

- i) **Celeridade Processual** – para conferir à arbitragem tributária a necessária celeridade processual, é adoptado um processo sem formalidades especiais, de acordo com o princípio da autonomia dos árbitros, e é estabelecido um limite temporal de seis meses para emitir a decisão arbitral a contar da data de início do processo arbitral (com possibilidade de prorrogação do prazo referido por sucessivos períodos de dois meses, com o limite de seis meses, comunicando às partes essa prorrogação e os motivos que a fundamentam).
- ii) **Tribunais Arbitrais** – Estes tribunais são competentes para proferir a decisão arbitral e funcionam sob a organização do Centro de Arbitragem Administrativa. Nos casos em que o contribuinte opte por designar um árbitro, o tribunal arbitral funcionará sempre com um colectivo de três árbitros, cabendo a cada parte a designação de um deles e aos árbitros assim designados a designação do terceiro, que exerce as funções de árbitro presidente. Caso o contribuinte opte por não nomear um árbitro, o tribunal arbitral funcionará como um árbitro singular (se o valor do pedido não ultrapassar duas vezes o valor da alçada do Tribunal Central Administrativo, ou seja, 60.000 euros) ou um colectivo de três árbitros nos restantes casos, cabendo a sua designação, em ambas as situações, ao Conselho Deontológico do Centro de Arbitragem Administrativa.
- iii) **Competências do Tribunal Arbitral** – As matérias sobre as quais o tribunal arbitral se pode pronunciar compreendem a apreciação das seguintes pretensões: a) a declaração de ilegalidade de actos de liquidação de tributos, de autoliquidação, de retenção na fonte e de pagamentos por conta; b) a declaração de ilegalidade de actos de determinação da matéria tributária, de actos de determinação da matéria colectável e de actos de fixação de valores patrimoniais; e c) a apreciação de qualquer questão, de facto ou de direito, relativa ao

ORA newsletter

Nº 50 – MARÇO/2011
(circulação limitada)

projecto de decisão de liquidação, sempre que a lei não assegure a faculdade de deduzir a pretensão anteriormente referida. Os tribunais arbitrais decidem de acordo com o direito constituído, sendo vedado o recurso à equidade.

- iv) **Irrecorribilidade da Decisão Proferida pelos Tribunais Arbitrais** – Esta é a regra geral, a qual não prejudica a possibilidade de recurso para o Tribunal Constitucional, nos casos em que a sentença arbitral recuse a aplicação de qualquer norma com fundamento na sua inconstitucionalidade ou aplique uma norma cuja constitucionalidade tenha sido suscitada, bem como o recurso para o Supremo Tribunal Administrativo quando a decisão esteja em oposição, quanto à mesma questão fundamental de direito, com acórdão proferido pelo Tribunal Central Administrativo ou pelo Supremo Tribunal Administrativo.
- v) **Requisitos de Designação dos Árbitros** – Os árbitros são escolhidos de entre pessoas de comprovada capacidade técnica, idoneidade moral e sentido de interesse público. Está prevista a possibilidade de serem nomeados árbitros licenciados em Economia ou Gestão nas questões de maior complexidade e que exijam um conhecimento específico de área não jurídica, devendo nesses casos o árbitro presidente ser sempre um jurista com, pelo menos, 10 anos de experiência profissional na área do direito tributário (designadamente através do exercício de funções públicas, de magistratura, da advocacia, da consultoria e jurisconsultoria, da docência do ensino superior ou da investigação, de serviço na administração tributária, ou de trabalhos científicos relevantes neste domínio).
- vi) **Normas Transitórias** – Prevê-se a possibilidade dos contribuintes submeterem aos tribunais arbitrais a apreciação dos actos tributários que se encontram pendentes de decisão há mais de dois anos, com um incentivo que corresponde à dispensa de pagamento de custas judiciais. Esta norma transitória decorre a partir da data de entrada em vigor do Decreto-Lei em análise até termo do prazo de um ano.

Conclusão

A arbitragem como meio alternativo de resolução jurisdicional de conflitos em matéria tributária, nos moldes referidos, através da ausência de formalidades especiais, pelo estabelecimento de um limite temporal, com uma maior especialização dos árbitros e um regime transitório que permite a análise de processos que se encontrem pendentes nos tribunais tributários há mais de dois anos, irá permitir aos contribuintes obter uma decisão sobre o litígio tributário mais célere, e certamente mais justa e adequada, descongestionando os tribunais tributários que registam um grande número de processos pendentes.

- Pedro Bastos -

Bibliografia

- Decreto-Lei nº 10/2011, de 20 de Janeiro.
- Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril.
- Arbitragem Tributária: Uma realidade já em 2010 – Jornal de Negócios (Outubro/2010).

PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA EM ALTURA DE CRISE

Em edições anteriores da *ORA Newsletter* abordámos vários temas em matéria de Preços de Transferência¹. Nesta edição, e tendo em conta o contexto de crise económica actualmente instalado em muitos sectores da economia mundial, e especialmente acentuado na economia portuguesa, consideramos importante alertar para as implicações de tal realidade sobre esta problemática e sobre as mudanças necessárias ao nível da preparação da documentação de preços de transferência.

A situação de crise económica actualmente existente levou a uma quebra substancial das receitas fiscais sem que tenham existido medidas fortes de contenção orçamental, pelo que a necessidade de cobrar impostos se tem tornado uma crescente preocupação dos governos. Assim, neste contexto, será de esperar, também em matéria de Preços de Transferência, um maior rigor por parte da Administração Fiscal, de forma a não deixar “fugir” as receitas fiscais.

Conforme referimos em edições anteriores da *ORA Newsletter*, a análise funcional da empresa/grupo de empresas é um dos passos fundamentais a ter em conta no processo de constituição do dossier de preços de transferência². Sendo certo que períodos de contracção económica constituem uma oportunidade para levar a cabo operações de racionalização e reestruturação empresarial e/ou de migração de actividade, concentrando riscos e funções em determinadas entidades do complexo empresarial de um grupo económico, alterando a cadeia de valor dos produtos e/ou serviços comercializados, alertamos para a necessidade de tais operações serem planeadas e implementadas em cumprimento pelo princípio de plena concorrência, para que, caso venham a ser fiscalizadas, se encontrem em conformidade com a regulamentação de preços de transferência aplicável.

Perante tais reestruturações ao nível das funções e riscos assumidos pelas diversas entidades de grupos económicos, os contratos entre tais entidades deverão ser revistos em conformidade, recomendando-se que tais revisões tenham sempre em consideração a realização de transacções a preços de mercado e não a simples transferência de jurisdição tributária, tendo em vista o pagamento de menos impostos, pelo que esta alteração contratual deverá ser bem documentada, de modo a manter a necessária transparência perante as autoridades fiscais.

Torna-se também fundamental que os contribuintes demonstrem, quantitativamente e qualitativamente, a razão de eventuais diferenças dos seus indicadores mais recentes face ao seu próprio histórico (quer a nível de margens, quer de preços), que introduzam os ajustamentos necessários para que seja assegurada a comparabilidade entre os seus dados e os dados equivalentes da amostra de comparáveis utilizada (habitualmente reportada a anos anteriores) e que sejam avaliadas e fundamentadas eventuais revisões de políticas de preços de transferência e oportunidades de reestruturação empresarial e transformação da cadeia de valor dos produtos ou serviços que oferecem.

¹ *ORA Newsletter* n.ºs: 11 (Dezembro de 2007); 13 (Fevereiro de 2008); 15 (Abril de 2008); 18 (Julho de 2008) e 24 (Janeiro de 2009).

² Recomendamos a leitura da *ORA Newsletter* n.º 15, de Abril de 2008.

ORA newsletter

Nº 50 – MARÇO/2011
(circulação limitada)

Neste contexto de incerteza recordamos que, em Portugal, os Acordos Prévios de Preços de Transferência³ (APPT) consubstanciam-se num factor de segurança tanto para a Administração Fiscal como para as empresas, permitindo a estas últimas negociar directamente os seus preços de transferência com a Administração Fiscal.

Nos casos em que o sujeito passivo não opte pela celebração dos acordos referidos, recomendamos, como medida de prudência para fazer face à conjuntura adversa actual, que mantenham documentação, senão prévia, pelo menos actualizada, apta a comprovar a paridade de mercado das suas operações e evitando a exposição a ajustamentos e penalidades que, face à experiência de outros ordenamentos, se prevêem ser cada vez mais frequentes e elevados.

- Luísa Galante -

Bibliografia

- Documentação de suporte ao “Encontro Ordem dos ROC – Preços de Transferência em altura de crise” de 15 de Dezembro de 2010 (por Pedro Manuel Galego).
- “Preços de transferência num contexto de crise”, Revista da OTOC n.º 116, de Novembro de 2009 (por António Nabo).

³ A possibilidade de os sujeitos passivos recorrerem a APPT encontra-se regulamentada através da Portaria n.º 620-A/2008, de 16 de Julho; sobre este tema recomendamos a leitura da *ORA Newsletter* n.º 24, de Janeiro de 2009.

ORA newsletter

Nº 50 – MARÇO/2011
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas publicou recentemente o nº 51 da sua revista trimestral (Outubro a Dezembro de 2010).

Salientamos pelo seu interesse as seguintes matérias/artigos:

- i) **Conclusões do X Congresso dos Revisores Oficiais de Contas** – Das principais conclusões retiradas salientam-se: Na revisão de contas tem que adoptar-se uma atitude de percepção e de apurado cepticismo profissional para além, naturalmente, da aplicação de conhecimentos técnicos suficientes, de rigor e, acima de tudo, de independência; A cooperação estreita com as entidades de supervisão, bem como as estruturas relevantes das entidades auditadas, em particular com a auditoria interna, é muito importante; Na actuação do revisor oficial de contas não pode haver dúvidas quanto à objectividade e transparência, devendo ser analisados o risco de familiaridade, o risco de dependência financeira, e os riscos associados à prestação simultânea da revisão e da consultoria; Os documentos de certificação emitidos no âmbito das funções de interesse público devem cumprir, em substância e não apenas na forma, com os requisitos legais e normativos aplicáveis e, assim, irem ao encontro das expectativas do público em geral.

- ii) **Subsídios ao Investimento e Impostos Diferidos** - Neste artigo são defendidas duas teses, opostas, sobre o registo de impostos diferidos originados por subsídios ao investimento. A questão fundamental relaciona-se com o momento em que contabilisticamente o subsídio é reconhecido como rendimento. Se se entender que o subsídio ao investimento é reconhecido como rendimento no seu reconhecimento inicial, então existe a necessidade de se reconhecer um passivo por impostos diferidos (uma vez que a tributação desse mesmo valor só ocorrerá durante a vida útil do investimento – posição defendida pela Comissão de Normalização Contabilística). Caso contrário, admitindo-se que o subsídio ao investimento é reconhecido como rendimento durante a vida útil do investimento, não haverá lugar ao reconhecimento de qualquer passivo por impostos diferidos (pelo facto de existir coincidência com o período de tributação).

Nota: Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.